

A NOVA ESTRUTURA DEMOGRÁFICA DO MERCADO CONSUMIDOR NACIONAL

*Paulo de Martino Jannuzzi

A população brasileira vem passando há 30 anos por mudanças demográficas. Alguns dos reflexos dessas mudanças podem ser identificados no *mix* de produtos e serviços demandados.

The Brazilian population experiences recent demographic changes. Some of their consequences can be noted over the demand of products and services.

PALAVRAS-CHAVE:

Brasil, mudança demográfica, políticas públicas, planejamento de marketing, demanda de bens e serviços.

KEY WORDS:

Brazil, demographic change, public policies, marketing plans, goods and services demand.



*Professor da PUCAMP e Doutorando em Demografia do IFCH/NEPO/UNICAMP.

A população brasileira vem passando, nos últimos 30 anos, por significativas mudanças em seu perfil demográfico. Os dados do Censo Demográfico de 1970 já indicavam há mais de 20 anos — e os resultados do Censo 1980 comprovaram — as tendências de arrefecimento do ritmo de crescimento populacional no Brasil. Embora não se disponha de muitos resultados divulgados do Censo 91 — basicamente os quantitativos populacionais por sexo, idade, zona urbana e zona rural para estados e municípios — é possível constatar uma queda ainda mais acentuada das taxas de crescimento demográfico na década passada.

O mercado consumidor de bens e serviços, privados ou públicos, apresenta-se, pois, com uma configuração demográfica muito distinta daquela com que os órgãos responsáveis pelo planejamento de *marketing* ou pela formulação de políticas públicas acostumaram-se a trabalhar. Crescimento acima de 3% a.a., contingente de crianças e jovens dobrando a cada 25 anos, crescimento explosivo de São Paulo, Rio de Janeiro e outras capitais não fazem mais parte do cenário demográfico brasileiro nos anos 90.

Nesse sentido, este trabalho procura discutir as principais mudanças demográficas por que vêm passando a população brasileira nas últimas décadas — em especial, nos anos 80 —, delinear as suas características demográficas atuais e apontar possíveis tendências futuras. Ao final, faz-se uma rápida análise da repercussão dessas mudanças sobre a demanda de bens e serviços, públicos e privados.

A INFLEXÃO DO VOLUME ANUAL DE NASCIMENTOS

Uma das mudanças demográficas recentes mais importantes é a inflexão do comportamento do volume anual de nascimentos. Pela primeira vez em 50 anos, os nascimentos começaram a diminuir, tornando menores os acréscimos populacionais absolutos.

Em termos relativos, a redução do ritmo de crescimento populacional remonta aos anos 60, quando a população passou a crescer a taxas geométricas anuais de 2,88% contra os 3,05% da década anterior, a maior taxa de crescimento demográfico verificada no país durante o século XX.

Essa alta taxa nos anos 50 resultou da diferença progressiva entre as taxas de natalidade e mortalidade desde o final do século passado¹. Enquanto a natalidade apresentava um quadro de relativa estabilidade até o final da década de 50, a mortalidade caía de forma acentuada desde os anos 40, como consequência dos investimentos em saneamento básico e saúde pública, do melhor controle de doenças infecciosas e da introdução de medicamentos recém-desenvolvidos (antibióticos, sulfamidas) no país². Assim, no período 1940-60, a mortalidade caiu cerca de 55%, passando de 20,6 mortes por mil para 9,6 mortes por mil. A mortalidade infantil passou de 164 mortes por mil para 105, nesse período.

A partir da década de 60, a então estável natalidade começa a sentir os efeitos da mudança do comportamento reprodutivo das famílias brasileiras, especialmente na última metade da década. A taxa de fecundidade total³ passou de pouco mais de 6 filhos por mulher no período de 1940-60 para 4,35 em 1980, como reflexo da maior escolarização, da urbanização, do ingresso da mulher no mercado de trabalho, da disseminação do uso dos meios anticoncepcionais, da difusão de novos padrões de família e de consumo e do aumento da prática de abortos induzidos⁴. Na última década, estima-se que a taxa de fecundidade total tenha caído ainda mais, chegando aos 2,5 filhos por mulher em 1991⁵.

O resultado prático dessa queda acentuada da fecundidade na última década foi a redução do número de nascimentos. Note-se que, no período 1960-80, mesmo com a queda da fecundidade, os incrementos anuais de população ainda eram crescentes, já que novas mulheres passavam a incorporar a população feminina em idade reprodutiva (de 15 a 49 anos). Na década de 80, esse contingente de mulheres continuou a crescer, passando de 30 milhões a 38 milhões de mulheres em 1991. A queda da fecundidade foi, no entanto, de tal forma intensa, que mesmo um número maior de mulheres em idade reprodutiva não foi suficiente para gerar o número de nascimentos do passado. Assim, enquanto o saldo vegetativo (nascimentos menos mortes) anual médio na década de 70 era de 2 milhões e 596 mil pessoas, no período seguinte reduziu-se a 2 milhões e 536 mil, evi-

1. Há cinco componentes na determinação da população num dado instante de tempo (P): a população no instante anterior (Po), os nascimentos no período (N), as mortes (M), as emigrações (E) e as imigrações (I) de pessoas no período. Essas variáveis se combinam na equação: $P = P_o + N - M - E + I$. A partir dos anos 40, a contribuição das imigrações internacionais para o crescimento demográfico brasileiro deixa de ser significativa, passando seu ritmo a ser determinado pela diferença entre as taxas de natalidade e mortalidade. A recente emigração de brasileiros para os EUA e o Japão é ainda um fenômeno pouco estudado em termos de volume.

2. PATARRA, Neide. Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: o período pós-30. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III, v. 4. São Paulo: Difel, 1978, p. 249-68; MARTINE, G., CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Campinas, v. 1/2, n. 1, 1984, p. 99-144.

3. A taxa de fecundidade total é uma medida do nível reprodutivo da população e representa uma estimativa do número médio de filhos nascidos vivos por mulher ao completar 50 anos, dados os níveis correntes de fecundidade por idade da mulher no período em questão.

4. BERQUÓ, Elza. Uma queda (cirúrgica) na fecundidade. *Revista Imprensa*, encarte especial, ano VII, n.76, 1994, p.16-20.

5. MERRICK, T., BERQUÓ, E. *The determinants of Brazil's recent rapid decline in fertility*. Washington: National Academy of Sciences, 1983.

Tabela 1
Crescimento populacional no Brasil de 1940 a 2000

Período	População no início do período (mil hab.)	Taxa de crescimento geométrico anual	Incremento vegetativo médio anual (mil)
1940-50	41.236	2,33%	1.070
1950-60	51.944	3,05%	1.818
1960-70	70.119	2,88%	2.302
1970-80	93.139	2,49%	2.596
1980-91	119.099	1,93%	2.536
1991-2000	147.054	1,60 %	2.350

Fonte: PATARRA, Ver nota 2. CARVALHO, J. A. M. Ver nota 7 e Censos Demográficos de 1970 e 1980.

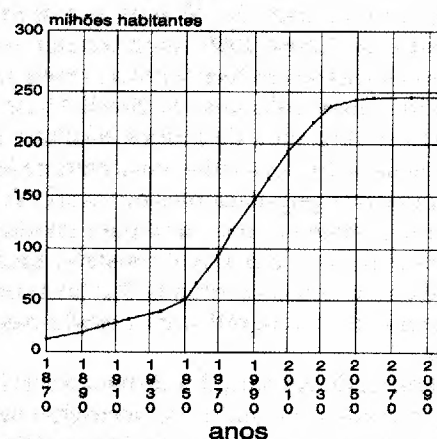
Tabela 2:
Estrutura etária da população brasileira – 1970 a 2060
(% em relação à população total em cada ano)

Grupos etários	1970	1980	1991	2000	2060
0 a 14 anos	42,6	38,8	35,5	29,7	20,6
15 a 64 anos	54,3	57,2	59,7	65,2	64,7
65 ou mais	3,1	4,0	4,8	5,1	14,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
População Total (mil)	93.139	119.099	147.054	169.471	244.926

Fonte: Resultados Preliminares Censo 91 e CARVALHO, J. A. M. Ver nota 7.

GRÁFICO 1

Evolução da população brasileira - 1879-2100



Fonte: CARVALHO, J. A. M. Ver nota 7 e Censos Demográficos 1872-1980.

síveis a respeito do comportamento da fecundidade e mortalidade nas próximas décadas, Carvalho⁸ sugere que a população brasileira se estacionaria abaixo de 250 milhões de pessoas, com taxas de crescimento insignificantes a partir de 2060 (ver gráfico 1).

A MUDANÇA NA ESTRUTURA ETÁRIA

A idéia de que o Brasil é um país de crianças e jovens faz parte do senso comum do brasileiro. Diferentemente de outros jargões, este é uma realidade — por enquanto, pois a população está envelhecendo.

Desde o Censo de 1980, a estrutura etária da população brasileira começa a mostrar os efeitos da queda monotônica da fecundidade iniciada na segunda metade dos anos 60⁹. Em 1970, os menores de 15 anos representavam 43% da população. Em 1991, esse mesmo grupo passou a representar 35% da população. Em contrapartida, o peso relativo das pessoas de 65 anos ou mais passou de 3% para 5% no mesmo período (ver tabela 2). Como ilustram os gráficos 2 e 3, a pirâmide etária de 1970 é típica de uma situação de alta natalidade, enquanto a pirâmide de 1991 já apresenta um encurtamento relativo da base, característico de níveis mais baixos de natalidade.

Na hipotética situação de estacionamento da população brasileira em 2060¹⁰, a es-

denciando uma quebra na tendência histórica de aumentos sucessivos desde os anos 40, como se pode observar na tabela 1.

Observe-se que, se não fosse o aumento da esperança de vida ao nascer de 60 para 66 anos no período de 1980-89⁶, os saldos vegetativos seriam ainda menores. Nos anos 90, com base nas estimativas prospectivas de crescimento populacional de Carvalho⁷, os saldos vegetativos anuais estariam sendo de 2 milhões e 350 mil pessoas.

Tal redução no ritmo de crescimento demográfico fará com que a população brasileira não atinja, no ano 2000, os 212 milhões previstos nos anos 70, mas uma cifra 20% menor (169 milhões). Além disso, a longo prazo, essa diminuição no ritmo levará a população a convergir para um estado estacionário, com estrutura etária constante e crescimento nulo. Há, no entanto, ainda um bom tempo para isso. Na ausência de fluxos migratórios internacionais e sob certas suposições bastante plau-

6. MÉDICI, A. C. *Sem régua nem compasso*. Relatório Técnico 06/91. Rio de Janeiro: ENCE/IBGE, 1991.

7. CARVALHO, J. A. M. Um Brasil mais velho e mais estável. *Imprensa*, encarte especial, ano VII, n.76, 1994, p.4-11.

8. CARVALHO, J. A. M. *Crescimento populacional e estrutura demográfica no Brasil*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1993.

9. BERCOVICH, A., VELLOZO, H. Notas sobre aparentes contradições na estrutura por idade e sexo no Censo Demográfico de 1980. *Revista Brasileira Estatística*, v. 46, n. 181-82, 1984, p. 53-121.

10. CARVALHO, J. A. M. *Crescimento Populacional...* Op. cit.

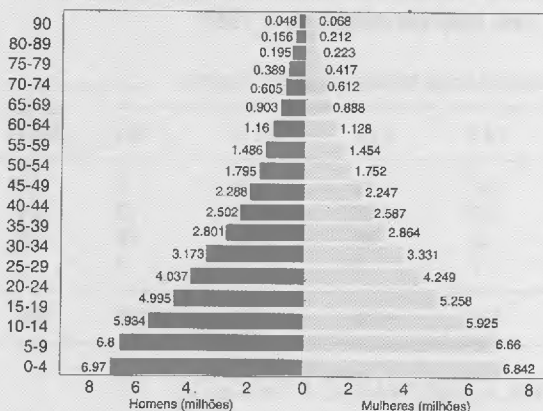
estrutura etária adquiriria um formato completamente diferente. As crianças e adolescentes de 0 a 14 anos passariam a representar pouco mais de 20% da população e o conjunto de pessoas com mais de 65 anos teriam sua parcela aumentada para 15%. A pirâmide etária correspondente passaria a ter uma conformação retangular.

É importante que se saliente que a estrutura etária da população tomada como um conjunto único encobre diferenças significativas em termos dos diversos subgrupos populacionais, estratificados por região ou por renda. Veja-se, por exemplo, as diferenças nos formatos das pirâmides etárias em 1991 dos estados de São Paulo e Amazonas (ver gráficos 4 e 5), ilustrativas de regimes demográficos diferentes.

Quanto às diferenças na estrutura etária pelos estratos socioeconômicos, ainda não é possível adiantar muita coisa com os dados disponíveis. Contudo, é interessante nos reportarmos aos resultados apresentados por Camarano e Beltrão¹¹, cruzando informações sobre estrutura etária por rendimento familiar médio mensal em 1980. Como se pode observar na tabela 3, as estruturas etárias de população de baixa renda são muito distintas das observadas nas famílias de rendas mais elevadas. A participação percentual das crianças e adolescentes no conjunto torna-se menor nos estratos de renda familiar mais elevada. Tais diferenças decorrem, principalmente, dos diferenciais de fecundidade das mulheres nesses grupos, que variavam de 6 filhos por mulher no estrato mais pobre a 2 filhos por mulher no outro extremo (estimativas para o período 1975-80). Os distintos níveis de mortalidade entre os estratos de renda também contribuem — em menor intensidade — para as diferenças nas estruturas etárias observadas.

A julgar pelos níveis atuais de fecundidade, os padrões reprodutivos por estrato socioeconômico estão muito mais próximos. Berquó¹² sugere que isso decorreria da alta prevalência de uso de meios contraceptivos pela população feminina (70% das mulheres casadas ou em união consensual com idades na faixa reprodutiva em 1986). Em que pese a inércia demográfica, as diferenças nas estruturas etárias por estrato socioeconômico devem ter sofrido alterações significativas na última década.

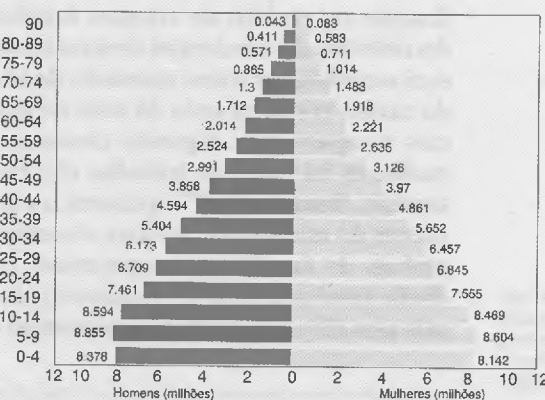
GRÁFICO 2
Pirâmide etária - Brasil 1970



Fonte: Censo Demográfico 1970 e Resultados Preliminares do Censo Demográfico 1991.

GRÁFICO 3

Pirâmide etária - Brasil 1991



Fonte: Resultados Preliminares do Censo Demográfico 1991.

MUDANÇAS NA COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Como corolário da queda do ritmo de crescimento populacional, o tamanho médio da família brasileira está diminuindo. Em 1950, metade das famílias brasileiras era composta por 5 ou mais indivíduos. Em 1984, Patarra *et al.*¹³ estimavam que essa participação se reduzia a pouco mais de um terço. Assim, em 1987, o tamanho médio da família brasileira seria de 4 pessoas¹⁴. A julgar pelo número médio de pessoas por domicílios particulares levantados no Censo 91, a família média nacional já possui menos que 4 membros. Dife-

11. CAMARANO, A. A., BELTRÃO, K. I. *Dinâmica demográfica por nível de renda*. Relatório Técnico n. 08/90. Rio de Janeiro: ENCE/IBGE, 1990.

12. BERQUÓ, E. Op.cit., p.16.

13. PATARRA, Neide *et al.* *Demografia*. Documento de Trabalho/QS 11. São Paulo: FUNDAP, 1991.

14. SOUTO-MAIOR, H. P. *Família no Nordeste: 1970-1987. Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, v. 1. São Paulo: ABEP, 1990, p.161-84.

Tabela 3
Estrutura etária dos segmentos populacionais em porcentagem
segundo nível de rendimento médio mensal familiar
(em salários mínimos) - 1980

Faixas etárias	Faixas de renda familiar (em salário mínimo)					Média Brasil
	0 a 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	10 +	
0 a 4	18	16	12	10	9	14
5 a 14	27	27	25	21	17	24
15 a 64	48	53	60	66	70	58
65 +	7	4	3	3	4	4
Total %	100	100	100	100	100	100

Fonte: CAMARANO, A. A., BELTRÃO, K. I. Ver Nota 11.

renciais regionais ou entre grupos socioeconômicos ainda são significativos, embora decrescentes.

Observe-se que o tamanho médio da família é conseqüência, também, de modificações no padrão de arranjos familiares decorrentes de mudanças socioculturais e socioeconômicas como aumento da idade de casamento, aumento da taxa de divórcios e separações, ingresso crescente de mulheres na força de trabalho etc. Nesse sentido, Berquó *et al.*¹⁵ apontam o crescimento do número de pessoas vivendo sozinhas, de famílias monoparentais (com chefia predominante de mulheres), de casais sem filhos e a redução percentual dos

15. BERQUÓ, Elza *et al.* Arranjos familiares não-canônicos no Brasil. *Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, v. 1. São Paulo: ABEP, 1990, p.55-98.

16. KATZMAN, M. Urbanização no Brasil a partir de 1945. In: BACHA, E., KLEIN, H. (orgs.) *A transição incompleta: Brasil desde 1940*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.177-223.

17. FARIA, Vilmar. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos. In: SORJ, B. *et al.* (org.) *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 118-63; MARTINE, G. *et al.* A urbanização no Brasil: retrospectiva, componentes e perspectivas. In: *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Olinda: ABEP, 1988, p.19-64.

18. PATARRA, Neide. Op.cit.

19. MARTINE *et al.* Op.cit.

arranjos familiares estendidos (com parentes e agregados) nos últimos 20 anos.

O NOVO PADRÃO DE URBANIZAÇÃO E A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO

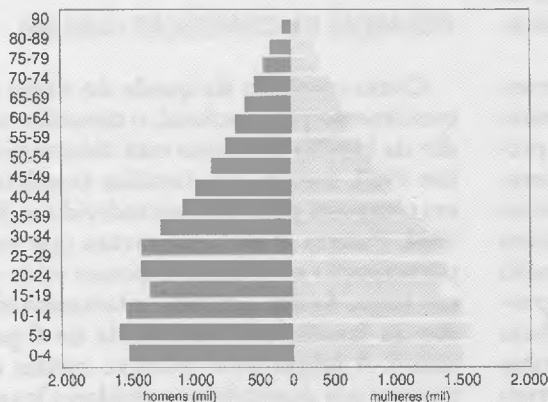
Há um certo consenso na literatura sobre o processo de urbanização no Brasil que, qualquer que seja o critério de "urbano" empregado (o oficialmente adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — sede de município ou distrito —, qualquer povoado acima de 2 mil pessoas¹⁶ ou outro mais restritivo como a população residente em municípios com mais de 20 mil habitantes¹⁷ não há como negar o ritmo acelerado em que se processou a transição rural/urbana da população brasileira. Em 40 anos, de 1940 a 1980, a população residente em municípios com mais de 2 mil habitantes passou de 25 para 65% da população do país, em metade do tempo levado para processo similar nos EUA — país que também não se pode classificar como um exemplar histórico de urbanização lenta e gradual.

Consolidando as tendências das décadas passadas, o Censo 91 revela um país com mais de 80% de sua população vivendo em cidades com mais de 20 mil habitantes e cerca de 75% residindo em áreas consideradas urbanas.

Historicamente, a urbanização foi um fenômeno disseminado pelo território com relativo desligamento do desenvolvimento da indústria local¹⁸, tendo se processado com ritmos diferentes nas várias localidades e entre as classes de tamanho de cidades. Assim, no período 1940-80, a região Centro-Oeste apresentou as mais altas taxas de crescimento urbano do país, como conseqüência da construção de Brasília e ocupação da fronteira agrícola. O Nordeste, nesse período, apresentou as menores taxas¹⁹. Em termos de classe de tamanho de cidades, nesse mesmo período, a população urbana cresceu a taxas mais altas nos municípios médios, de 100 mil a 500 mil habitantes. Embora crescessem a taxas menores, os municípios

GRÁFICO 4

Pirâmide etária - São Paulo 1991



Fonte: Resultados Preliminares do Censo Demográfico 1991.

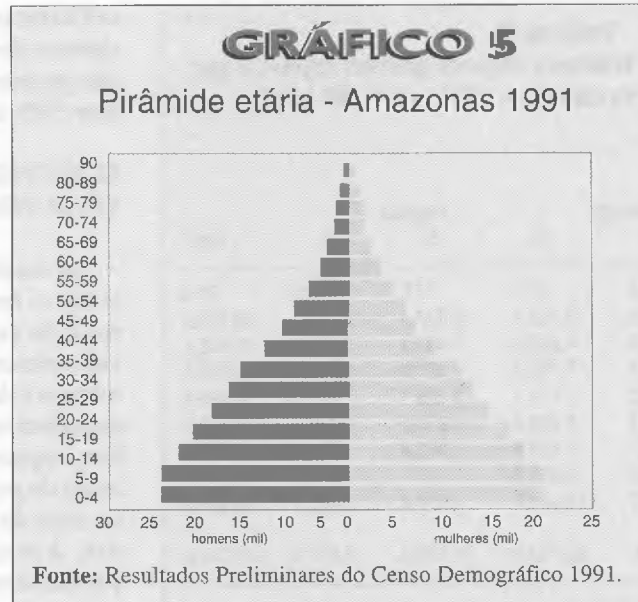
grandes e as megalópoles passaram a reunir, em 1980, quase um terço da população brasileira. Foi o que se chamou, nos anos 70, de megalopolização do sistema urbano brasileiro.

Na última década, Martine²⁰ aponta uma inflexão na tendência de megalopolização da população brasileira. Como consequência da crise dos anos 80 e da interiorização do desenvolvimento econômico, os movimentos migratórios em direção aos grandes centros se arrefeceram, dirigindo-se a cidades mais próximas e médias do interior do território nacional. Como constata o autor, "a concentração progressiva de população em cidades cada vez maiores, que parecia inexorável, foi revertida"²¹.

A metropolização iniciada na década de 40 em São Paulo e Rio de Janeiro, e estendida a outras capitais brasileiras nos anos 60, parece ter se esgotado. De fato, a taxa de crescimento do conjunto das regiões metropolitanas no período 1980-91 (1,88%) ficou, pela primeira vez desde 1950, abaixo da média nacional. Nesse contexto, São Paulo, Recife e Rio de Janeiro foram as metrópoles que menos cresceram. Em contrapartida, localidades situadas na fronteira amazônica, balneários, estâncias e vários municípios do interior paulista estão entre as cidades com maior crescimento demográfico. Deve-se acrescentar a este grupo municípios situados nas periferias das grandes cidades²².

Como se observa na tabela 5, os municípios grandes e muito grandes (com mais de 500 mil habitantes) tiveram sua parcela de população reduzida em relação a 1980, voltando a congregar cerca de um quarto da população nacional. Por outro lado, com base no gráfico 6, que ilustra a distribuição da população no sistema de cidades, verifica-se que os municípios entre 20 mil e 100 mil habitantes passaram a reunir em 1991 cerca de um terço da população brasileira, resultado do crescimento acentuado dos municípios que tinham, em 1980, população de até 20 mil habitantes.

Com relação à distribuição regional da



20. MARTINE, G. *Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações*. Documento de Trabalho 11, Brasília: Instituto SPN, 1992.

21. MARTINE, G. *Idem*, *Ibidem*, p.13.

22. Essa desaceleração do crescimento populacional nas regiões densamente habitadas e o consequente aumento demográfico nas cidades menores já se podia notar a partir dos anos 60 por Katzman. Na década passada, no entanto, o fenômeno parece ter se generalizado.

Tabela 4
Tamanho médio das famílias brasileiras 1970-87

Região	1970	1980	1983	1985	1987
Norte	5,5	5,1	4,7	4,6	4,5
Nordeste	5,1	4,8	4,7	4,6	4,5
Sudeste	4,6	4,1	4,0	3,8	3,8
Sul	4,9	4,2	4,1	3,9	3,8
Centro-Oeste	5,1	4,6	4,4	4,2	4,1
Brasil	4,8	4,2	4,2	4,1	4,0

Fonte: SOUTO-MAIOR, H. P. Ver nota 14.

Tabela 5
Urbanização e megalopolização no Brasil - 1940-91

Ano	Critério oficial	% População residente em municípios com			
		+ 2 mil	+ 20 mil	+ 100 mil	+ 500 mil (hab.)
1940	31,2	25,2	16,0	13,4	7,7
1950	36,2	30,8	21,1	17,9	11,1
1960	44,7	40,4	28,8	24,3	16,2
1970	55,9	52,0	41,1	35,7	26,1
1980	67,6	64,8	53,6	47,1	31,5
1991	75,0	99,9	80,5	48,2	26,4

Fonte: Dados relativos a 1991: Resultados Preliminares - Censo 91 — população em municípios > 2 mil hab. KATZMAN, M. Ver nota 16, demais informações: MARTINE, G. Ver nota 20.

Tabela 6
Distribuição da população brasileira segundo grandes regiões e por classes de tamanho de cidades – 1991 (em 1.000 hab.)

Classes de tamanho de município (mil hab.)	N	Grandes		Regiões		Total
		NE	SE	S	CO	
até 2	—	18,3	40,7	17,5	15,0	91,4
2 a 10	563,1	2.779,5	3.353,1	2.347,4	1.110,0	10.152,8
10 a 20	1.328,6	7.544,7	4.859,8	3.441,1	1.259,2	18.433,4
20 a 50	2.281,1	11.842,5	7.706,4	4.437,0	1.771,4	28.038,3
50 a 100	2.196,3	6.232,8	7.172,2	3.123,1	770,0	19.494,4
100 a 250	1.086,1	3.666,1	8.339,4	4.331,1	1.050,1	18.472,7
250 a 500	552,6	2.737,7	7.988,8	1.853,8	402,8	13.535,7
500 a 1.000	—	2.528,8	4.835,2	—	1.448,3	8.812,4
mais 1.000	2.256,2	5.142,2	18.444,8	2.578,4	1.601,1	30.022,8
Total	10.264,0	42.492,6	62.740,4	22.129,4	9.427,9	147.054,0

Fonte: Resultados Preliminares Censo 91.

população, os primeiros dados do censo revelam a manutenção das tendências delineadas nas décadas passadas. Norte e Centro-Oeste continuam a aumentar sua participação no contingente populacional do país, como conseqüência da manutenção de taxas de fecundidade mais altas e, principalmente, pela manutenção do fluxo migratório. As duas regiões cresceram a taxas superiores a 3% a.a., dobrando suas participações relativas de 1950, em detrimento do Sul e Nordeste. Em 1991, Norte e Centro-Oeste reuniam 7% e 6,4%, respectivamente, da população do país, cabendo ao Sul e ao Nordeste os percentuais de 15 e 29%. A região Sudeste continua sendo a mais populosa, com seus históricos 43% da população total (ver gráfico 7).

Embora em todas as regiões os poucos municípios grandes e muito grandes (acima de 500 mil habitantes) detenham parte substancial da população, há algumas diferenças na distribuição populacional pelos sistemas urbanos regionais. No Sudeste e Sul há um certo equilíbrio na distribuição da população pelos vários portes de tamanho de cidades. No Norte e Centro-Oeste, os municípios de 20 mil a 100

mil habitantes têm maior proeminência no sistema de cidades. No Nordeste, as cidades pequenas (até 50 mil habitantes) reúnem 50% da população.

AS MUDANÇAS DEMOGRÁFICAS E AS NOVAS DEMANDAS DE BENS E SERVIÇOS

As mudanças demográficas aqui apontadas — redução do número de nascimentos e do tamanho médio das famílias, envelhecimento populacional, urbanização intensa e declínio do ritmo de crescimento populacional dos grandes municípios — têm impactos importantes sobre a formulação de políticas, seja na área pública, seja na área de *marketing* das empresas privadas, à medida que o *mix* de bens e serviços demandados passa a ter nova configuração.

As repercussões desses processos sobre as políticas sociais vêm sendo discutidas por vários autores²³. De modo geral, eles observam que a redução do crescimento populacional e a alteração da estrutura etária da população tendem a alterar a demanda por serviços públicos — especialmente na saúde, educação e previdência social. Um número menor de nascimentos alivia a pressão sobre serviços médicos de obstetria, ginecologia e pediatria; na educação, implica uma redução no volume de ingressantes nas creches e escolas. Por outro lado, o envelhecimento da população exige investimentos custosos para atendimento de doenças geriátricas e degenerativas, e aumenta a demanda pelos serviços previdenciários e de equipamentos públicos de lazer e acomodação para a população idosa.

Famílias menores, especialmente as de baixa renda, poderiam significar maior conforto material e alimentar *per capita*. Altas taxas de urbanização facilitam a universalização dos serviços de saúde e educação, mas exigem investimentos crescentes e caros em infra-estrutura de saneamento, transporte, habitação e lazer. A diminuição do ritmo de crescimento dos grandes centros urbanos, se se mantiver como fenômeno não meramente conjun-



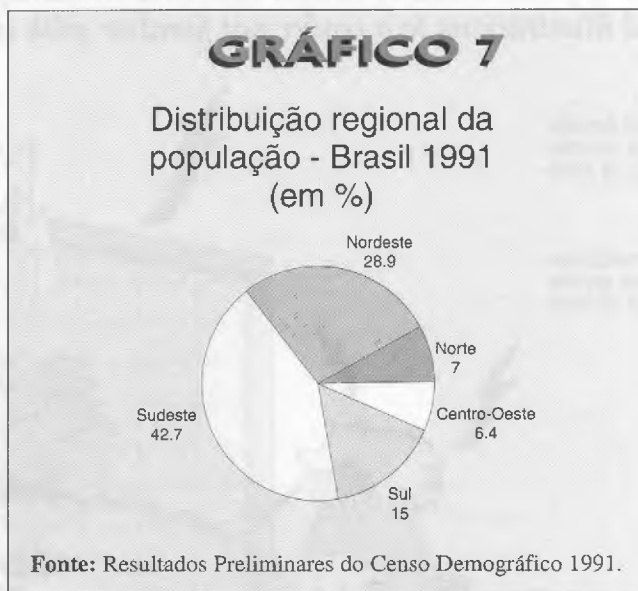
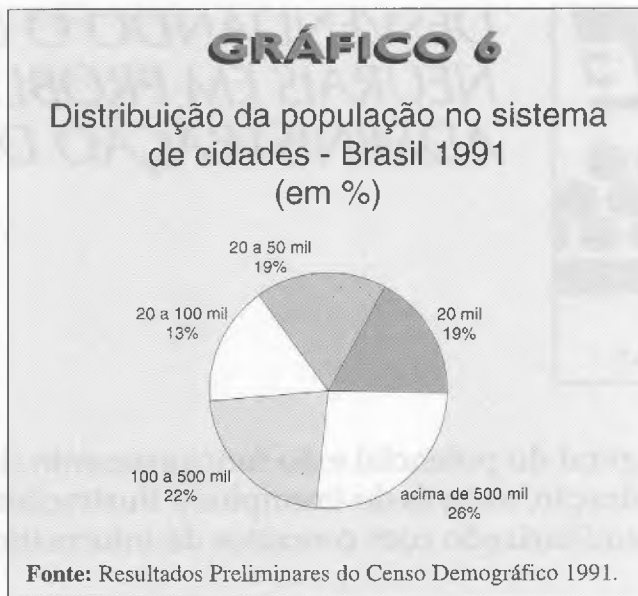
23. MARTINE E. G., CAMARGO, L. Op. cit.; MARTINE, G. Op. cit.; CHAHAD, J. P. C. População, força de trabalho e desemprego no Brasil: 1960-1989. *Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, v. 2, São Paulo: ABEP, 1990, p. 51-82; CARVALHO, J. A. M. Op. cit.

tural, pode atenuar a necessidade de expansão acelerada da oferta de serviços e equipamentos urbanos pelas administrações locais. Em contrapartida, tais investimentos em infra-estrutura urbana serão exigidos em ritmo mais intenso nas cidades pequenas e médias, onde os recursos orçamentários podem ser mais escassos e insuficientes para tais aportes de investimento.

Com relação ao impacto das mudanças demográficas citadas e ao planejamento estratégico em *marketing*, podemos conjecturar alguns desdobramentos gerais. A redução do número de nascimentos significa, a grosso modo, que o mercado consumidor potencial está se expandindo a taxas mais baixas que no passado. De forma análoga ao que Kotler²⁴ comenta sobre o ocorrido nos EUA nas décadas passadas — a respeito de algumas empresas no ramo de brinquedos, vestuário e alimentação infantil — esse fato é relevante para redefinição do âmbito de negócios e desenvolvimento de novos produtos. A mudança na estrutura etária e o aumento da expectativa de vida da população transformam segmentos etários de população adulta e idosa em públicos-alvo cada vez mais atraentes para uma série de produtos e serviços, novos ou não. Nesse contexto, viagens, esportes, bens de consumo duráveis, seguros de vida, planos de saúde e de aposentadoria, clínicas geriátricas passariam a ser demandados com mais intensidade.

Famílias menores requerem apartamentos, mobiliário e eletrodomésticos mais compactos. A redistribuição espacial da população e o crescimento das cidades pequenas e médias devem provocar mudanças nos esquemas de comercialização e distribuição de produtos. Algumas praças podem se tornar atraentes para instalação de filiais ou novos negócios, outras necessitarão de periodicidade maior de abastecimento. Uma população concentrada em centros urbanos facilita a implementação de estratégias de divulgação de produtos, podendo levar a uma nova configuração do composto promocional.

Novos mercados, novas demandas, novos produtos e serviços. Naturalmente que não são apenas as mudanças demográficas que contam nessa redefinição do mercado consumidor nacional. O *ceteris paribus* ma-



croeconômico implicitamente assumido na análise acima está longe de ser uma abstração factível. Transformações no mercado de trabalho, mudanças socioeconômicas, alteração nos estilos de vida e nos valores culturais também não poderiam deixar de ser abordadas para delineamento do novo perfil do mercado consumidor. O desvelamento dessa nova realidade requer a publicação de dados mais abrangentes do Censo Demográfico 1991 e de outras fontes periódicas de informação socioeconômica²⁵. □

24. KOTLER, Philip. *Administração de marketing*. São Paulo: Atlas, 1992, p. 177-80.

25. Para tanto, vide sumário descrito em JANNUZZI, P. M. Fontes de indicadores sociais para *marketing*. *Cadernos FCECA*, Campinas, v. 2, n. 1, 1993, p. 5-12.



0950105